

Destruição remota de celular vira lei na Califórnia

Reprodução

O governador da Califórnia, Jerry Brown, sancionou na segunda-feira (25/8) uma lei que obriga as fabricantes a equipar todos os *smartphones*, a partir de julho de 2015, com uma tecnologia que permite ao usuário “matar” à distância o aparelho, se o telefone for roubado ou perdido. É a primeira lei que obriga os fabricantes a instalar no *smartphone* um software chamado “Kill Switch”.

Não é novidade que a Califórnia, com seu Vale do Silício, muda corriqueiramente a vida das pessoas em todo o mundo com sua tecnologia. Mas é certamente um caso raro a aprovação de uma lei estadual ter o mesmo efeito. Por uma simples razão: as fabricantes de *smartphones* não vão produzir *smartphones* especiais só para a Califórnia. Nem vão abandonar a Califórnia, a oitava maior economia do mundo.

Além disso, os demais estados americanos deverão seguir a liderança da Califórnia, como ocorre frequentemente, e aprovar leis semelhantes. Esse é um fenômeno comum nos EUA. Quando um estado aprova uma lei que faz sucesso, os demais aprovam leis *copycats* (imitadoras). Minnecota havia aprovado uma lei semelhante em junho, mas ela não requer que a tecnologia já venha pré-instalada nos *smartphones*.

Assim, os cidadãos de todos os estados americanos — e consequentemente de todos os países do mundo — só terão a opção de adquirir um *smartphone* das grandes fabricantes, como Apple, Samsung, Google, Microsoft e Motorola Mobility, equipado com o “Kill Switch”, a partir do ano que vem.

A lei foi imaginada e aprovada com o objetivo de conter o furto de *smartphones* no estado. Só em São Francisco, na Califórnia, 2,4 mil *smartphones* foram furtados em 2013 — um aumento de 23% sobre 2012. Em todo o país, cerca de 3,1 milhões desses dispositivos foram furtados em 2013, quase o dobro dos 1,6 milhão furtados em 2012, de acordo com o “Relatório dos Consumidores”.

A Apple já experimenta essa tecnologia desde setembro do ano passado. De acordo com a polícia de São Francisco, o volume de furtos de iPhones caiu 38% na cidade, nos últimos seis meses.

Com essa tecnologia, o usuário poderá desativar o aparelho à distância, se roubado ou perdido, e apagar todos os seus arquivos, se achar conveniente. Além disso, o software deverá impedir que um ladrão reinstale o sistema operacional no dispositivo, de forma que ele se torna inútil. Assim, diz a teoria, não valerá a pena roubar um *smartphone* para vendê-lo ou usá-lo. O dono do aparelho poderá reativá-lo, se encontrado, com o uso de uma senha.

Críticas

As fabricantes de *smartphone* resistiram à aprovação da lei, enquanto puderam. Acabaram aceitando,





depois que o prazo para sua entrada em vigor foi prorrogado e os *tablets* foram excluídos de seu texto. Mas algumas organizações, especialmente as que defendem as liberdades civis, criticam a lei.

A principal crítica é a de que a lei possibilita à polícia — ou a qualquer órgão de segurança — trabalhar com as provedoras de telefonia para desativar *smartphones*, quando há uma organização e protestos públicos, em nome da segurança pública ou da segurança nacional.

A lei não tem nenhum dispositivo que proíba os órgãos de segurança de “matar” *smartphones*. Ao contrário, agora eles dispõem de uma brecha jurídica e de meios técnicos para fazer isso, sempre que acharem conveniente para manter a ordem, diz a Eletronic Frontier Foundation (EFF), que se opôs à aprovação da lei. “Abriu-se uma possibilidade de abuso, porque a lei não especifica quem pode desativar um *smartphone*”, diz a EFF.

Além disso, o recurso de desativar um *smartphone*, que é aberto ao dono do aparelho e aos órgãos de segurança, também é acessível por *hackers*, que podem “matar” um telefone por vingança ou por simples diversão. A possibilidade também é aberta a criminosos, que podem desativar *smartphones*, para que vítimas não possam chamar a Polícia, da mesma forma que desativam alarmes das casas.

A lei prevê que o usuário pode optar por desativar o recurso do “Kill Switch”, depois de comprar e habilitar um *smartphone*. “No entanto, é largamente sabido que os usuários, de uma maneira geral, não desabilitam configurações originais de fábrica”, diz a EFF.

Date Created

27/08/2014